

MÃE PÁTRIA

PAULA RAMÓN

Mãe Pátria

*A desintegração de uma família na Venezuela
em colapso*

Tradução

Paulina Wacht

Ari Roitman



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2020 by Paula Ramón

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Alceu Chiesorin Nunes

Preparação

Julia Passos

Revisão

Jane Pessoa

Clara Diamant

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ramón, Paula

Mãe pátria : a desintegração de uma família na Venezuela em colapso / Paula Ramón ; tradução Paulina Wacht, Ari Roitman. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

ISBN 978-85-359-3385-7

1. Crise econômica – Venezuela 2. Venezuela – Condições econômicas 3. Venezuela – História 4. Venezuela – Política e governo I. Título.

20-41921

CDD-338.5420987

Índice para catálogo sistemático:

I. Venezuela : Crises : Economia 338.5420987

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Para Paulina e Jesús

Introdução

Passei os últimos anos me despedindo de pessoas, coisas, lugares e trabalhos, mas nem por isso foi ficando mais fácil. A saudade constante só me deixou mais apegada. Quando, em 2018, convenci minha mãe, Paulina, a sair da casa onde morou durante quarenta anos porque a situação no interior da Venezuela era insustentável, abandonar aquelas paredes foi mais difícil que nas vezes anteriores. Apesar de não morar lá havia quinze anos e de ter saído do país há oito, ainda sofri muito.

Enquanto eu fechava as duas grades externas, porque na Venezuela nunca há grades suficientes, olhava o piso de lajota — que minha mãe pedia aos meus dois irmãos e a mim, quando éramos crianças, para encerar três vezes por semana — e as pέργulas de concreto que ela mandou fazer para blindar a casa de uma forma “fresca”, porque o calor de Maracaibo não é compatível com tanto cimento.

Conheço cada tijolo dessa casa onde cresci, cada uma das reformas que a transformaram, durante quatro décadas, num

Minha mãe, a quem todos chamavam de Paula, nasceu em Capacho, um pequeno povoado nos Andes venezuelanos, a menos de uma hora da fronteira com a Colômbia. Quando tinha pouco mais de vinte anos, seguiu os passos de uma irmã mais velha e foi estudar em Maracaibo, a escaldante capital petrolífera, a umas cinco horas ao norte.

Exemplo do que era possível na Venezuela de então, Paulina, a penúltima de onze filhos, de origem pobre e camponesa, conseguiu uma vaga na universidade pública para estudar biologia na segunda cidade mais importante do país.

Maracaibo, o berço do petróleo, ficou conhecida como a Arábia Saudita da Venezuela. Quente, com um sol que queima desde o amanhecer, a cidade cresceu às margens do enorme lago que leva seu nome. O maior reservatório de água doce da região era o orgulho da cidade e definiu a idiosincrasia local. Sob suas águas, milhares de quilômetros de tubulação bombeavam petróleo e, com ele, uma lógica distorcida que ameaça a economia nacional e a psique dos venezuelanos até hoje.

Minha mãe, que ao sair da universidade começou a trabalhar como professora num colégio público de uma cidade-dormitório no estado de Zulia, se orgulhava dos seus passos. “Eu era pobre, mas estudei!”, repetia quando queria dar exemplo aos seus três filhos. Como os estudos do meu pai, que nasceu numa aldeia do sul da Espanha, foram rapidamente interrompidos pela Guerra Civil em 1936, suponho que eu aprendi a associação “estudo é igual a progresso” principalmente com minha mãe.

Ela estava convencida de que frequentar a universidade levava a uma ascensão social imediata, e como exemplo dessa tese apontava para minha tia Elisa, que não estudou e foi a única que não conseguiu comprar uma casa, conformando-se com herdar o apartamento que os irmãos tinham comprado para minha avó. “Eu sempre dizia para Elisa: ‘Vai estudar porque se não aprender

bunker de grades e intervenções para proteger a ela e também a nós da insegurança e do aumento da violência.

Paulina era agarrada a essas paredes, eu não. A casa no número 9B-79 da rua 79, no movimentado bairro comercial Veritas, foi um dos marcos de progresso em sua vida, mas para mim, com a deterioração do país, se transformou num lembrete constante da fragilidade da minha mãe, e embora soubesse que ela não queria sair de lá, venci uma última discussão e minha mãe, resignada, aceitou a mudança.

Enquanto eu empacotava os quilos de comida que tinha trazido nas malas e mandado de navio durante os últimos meses para aliviar a escassez, minha mãe permaneceu deitada, dando-me as costas. A mudança era ideia minha, e embora ela a aceitasse, no fundo era uma decisão unilateral.

Quando, num domingo de agosto, entramos no carro que nos levaria para San Cristóbal, a cidade da sua infância, o que me surpreendeu foi que ela estava sorrindo e eu, chorando. Não sabia quando voltaria para aquela casa — nem mesmo sabia se voltaria um dia. Também não sabia se estava fazendo o que era certo. Desde que meu pai havia morrido, 25 anos antes, minha mãe tinha colocado indiretamente a maior carga de responsabilidade em mim, e não nos meus irmãos mais velhos, que a essa altura tampouco moravam no país. Assim, querendo ou não, os deveres, as decisões e as consequências quase sempre recaíam nos meus ombros. Eu estava convencida de que aquilo era um passo necessário, minha mãe não podia continuar sozinha, numa rua quase fantasma, à mercê de bandidos e sem serviços básicos. Ainda assim, vivi a mudança como uma capitulação, as incertezas transformavam o momento num verdadeiro adeus à minha infância, à minha cidade, ao piso de lajota e às paredes que todo Natal eu pintava com meu pai.

alguma coisa você pelo menos conhece alguém que valha a pena”, contava minha mãe, que não escondia sua desaprovação pelos modos do cunhado, um zuliano de família pobre que dera um pequeno salto econômico com uma oficina de ar-condicionado e refrigeradores, dois itens indispensáveis na “terra do sol amada”.

A lógica que minha mãe via na educação, naquela Venezuela dos anos 1970, durante um dos maiores booms petrolíferos da nossa história, era apenas uma fórmula matemática bancada pelo Estado repentinamente rico. Na minha família, eu via padrões claros. Os homens, engenheiros, podiam fazer carreira na petro-leira e garantir uma vida cheia de benesses. As mulheres, profes-soras, entravam no funcionalismo público, que lhes dava estabi-lidade econômica, plano de saúde e horários que podiam ser adaptados aos filhos que teriam no futuro. Claro, minha mãe não entendia que a sua versão nativa do sonho americano era baseada no petróleo, para ela era fruto apenas do próprio esforço.

Os sindicatos tinham influência naquela época, ou pelo me-nos era o que dizia minha mãe, que prometia votos ao Copei, o partido social-cristão que desde o começo da democracia, em 1958, dominava a política venezuelana junto com a Ação Demo-crática. Minha mãe tinha mais afinidade com o primeiro que com a social-democracia dos “adecos”. Apesar de ter sido beneficiada ao longo de toda a sua vida por políticas sociais, ela tendia mais à direita que à esquerda. No entanto, se eu tivesse que definir sua ideologia, diria que era o pragmatismo; tal como em seus tempos de professora, quando o verdadeiro motivo que tinha para vestir a camisa dos copeianos era a esperança de conseguir sua transfe-rência para uma escola em Maracaibo, deixando assim de viajar diariamente para Ciudad Ojeda, cidade-satélite a oitenta quilô-metros de distância, onde trabalhava.

Numa dessas viagens exaustivas, ela conheceu meu pai. Esta-va na rua esperando o “por cabeça”, um carro de quatro lugares

que cobra passagens individuais, quando meu pai parou — fascinado? — para lhe oferecer carona. Devido à insistência do galanteador, ela — que nunca aceitava carona de ninguém — acabou aceitando. Essa era a versão de minha mãe, que meu pai, morto de amor, nunca desmentiu. Depois ouvi outra versão, bem menos romântica: minha mãe e suas amigas sempre pediam carona, e meu pai simplesmente parou, como qualquer um faria naquela época, quando os roubos, os sequestros e os homicídios não eram coisa de todo dia e as pessoas, ainda que desconhecidas, eram pessoas, não assassinos em potencial.

Meu pai, Jesús, era 25 anos mais velho que minha mãe, e ela adorava contar que, por “ironias do destino”, ela tinha nascido no mesmo ano em que ele se casara na França. Mas a vida de meu pai não tinha ironias, era antes um relato de sobrevivência que contrastava com o próspero Caribe aonde chegara ainda na juventude, quando todo mundo o chamava de “musiú”, um apelido derivado de “monsieur” que os venezuelanos gostavam de usar, uniformizando assim os europeus que não paravam de chegar naqueles anos de pós-guerra. A Guerra Civil espanhola separou sua família, republicana, e ele acabou fugindo para a França, como fizeram muitos espanhóis. Segundo contava, e eu ouvia com uma admiração imensa, ele, convencido de que era seu dever, se alistou voluntariamente na Legião Estrangeira para lutar na frente de batalha contra o exército alemão, mas foi capturado sete meses depois.

Com apenas vinte anos, em 1940, após uma breve passagem por um campo de prisioneiros no noroeste da Alemanha, meu pai foi transferido para o campo de concentração de Mauthausen, de onde só sairia no final da guerra, cinco anos depois. Como já tinha perdido a cidadania espanhola, como tantos outros na mesma situação que ele que foram declarados apátridas pelo governo de Francisco Franco, ficou em Paris, onde recomeçou a vi-

da como “carpinteiro”, o ofício que inventara como estratégia de sobrevivência em Mauthausen.

Meu pai falava do passado com leveza, como se a guerra fosse uma situação obrigatória para todos. De fato, quando eu era criança, pensava que todos os pais iam para a guerra e tinham pesadelos de noite. Ele falava de dor e sofrimento com naturalidade, para mim era um super-herói ou um príncipe encantado simplesmente por ser meu pai, não porque tinha sobrevivido a um passado duro e desarraigado sem perder seu entusiasmo e sua alegria.

Na capital francesa, pouco depois da libertação, ele se casou com uma espanhola e os dois se instalaram no número 163 da rue du Château. O casal teve seu primeiro filho no ano seguinte: Claude, que no Caribe se transformaria em Claudio. E embora sua vida transcorresse em Paris, meu pai leu sobre um lugar promissor chamado Venezuela e convenceu a família, incluindo cunhados e sogros, a abandonar a pouca estabilidade que tinham na França do pós-guerra e se aventurar naquela terra tropical que prometia abundância.

Ele nunca me contou como decidiu ir para a Venezuela. Eu também não tive a iniciativa de perguntar. Era algo em que não pensava, acho. Um dia, folheando um livro venezuelano sobre relatos de imigrantes, parei para ler o testemunho de um espanhol que, como meu pai, tinha estado em Mauthausen. Ele contava que a Venezuela, essa “pequena Veneza”, só entrou em seu radar porque um amigo, que compartilhou com ele as agruras do campo de concentração e depois se tornou seu concunhado, lhe vendera a ideia, criando neles uma expectativa inusitada. Li o texto várias vezes, porque havia algo nesse amigo de espírito aventureiro que chamava a minha atenção. Seu nome não aparecia, mas era o meu pai. O autor do relato era um tio dos meus meios-irmãos, Eusebi Pérez, um catalão cujo rosto ficou conhecido internacio-

nalmente em 2005, quando o então presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, o abraçou na cerimônia realizada pelos sessenta anos da libertação de Mauthausen.

O que meu pai me contou foi que ele chegou de navio à Venezuela em 1947, sem um tostão, trazendo apenas traumas, em companhia de sua esposa, do seu primeiro filho, dos sogros, da cunhada e do concunhado.

Em poucos anos, graças à prosperidade da pujante Venezuela, a guerra ficara apenas em sua memória, e ele, antes pobre, tinha ascendido para uma classe média alta que o valorizava também por ser europeu e branco. Meu pai nunca teve uma profissão específica. Procurou sempre um caminho no comércio. Em diferentes períodos, abriu uma loja de ferragens e vários restaurantes, mas o que mais lhe rendeu, acho, foi o extinto ofício de caixeiro-viajante. Meu pai trabalhava para uma importadora e percorria o país em seu carro, oferecendo os produtos aos clientes da empresa. Joias, aparelhos, relógios, ele era como um catálogo ambulante e passava mais tempo na estrada do que em casa, em Caracas, onde estavam os seus três filhos e Palmira, sua primeira esposa, de quem depois se separaria. Foi a história que me contaram.

Bem-sucedido e atraente, apesar de muito mais velho que Paulina, meu pai parecia ser o fecho de ouro do sonho de ascensão de minha mãe, que, com arrogância, também se gabava do seu cavaleiro alado que lhe dava pérolas, era estrangeiro, ficava hospedado em hotéis cinco estrelas e trocava de carro todo ano.

Ele vivia com intensidade, talvez por ter convivido com tanta morte em quase uma década de guerras. Minha mãe vivia com precaução, talvez por ter conhecido a pobreza em sua infância nos Andes. Mas a história do meu pai era uma história improvável, que se derreteu com a mesma rapidez com que foi erigida. Era, no fundo, uma miragem, produto do petróleo.

Nos anos 1970, uma guerra totalmente alheia ao Caribe mudaria a nossa sorte. A estratégia da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) — que a Venezuela ajudara a fundar na década anterior junto com os países árabes — durante a Guerra do Yom Kippur provocou uma crise do petróleo. O aumento repentino dos preços e a estatização do setor, em 1976, junto com a criação da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA), deram ao país uma riqueza súbita. Nesse mesmo ano nascia meu irmão mais velho, Jesús, que durante anos chamaríamos de “Chucho” para não o confundir com meu pai, nesse costume venezuelano de nomear os filhos como os pais para depois chamar de outro jeito.

Carlos Andrés Pérez, um dos políticos mais carismáticos que o país já teve, assumiu a presidência da Venezuela em 1974. Ao avançar o processo de nacionalização, foi ele quem capitalizou a época de bonança, tornando seu nome um sinônimo de prosperidade. O Estado investiu parte dos recursos do petróleo em infraestrutura e em subsídio social. Os venezuelanos tinham poder de compra, o desemprego era inferior a 5%, a educação e a saúde eram públicas, viagens ao exterior para fazer compras ou adquirir caixas de uísque escocês eram coisas cotidianas para muita gente na Venezuela de então. Caracas, efervescente e cosmopolita, era chamada de “sucursal do céu”. Pérez utilizou parte dos recursos do petróleo em políticas sociais e em infraestrutura, e tentou impulsionar outro polo econômico no oeste do país, onde rios caudalosos e a descoberta de jazidas minerais prometiam ainda mais riqueza para esse país tropical que despontava.

Mas os preços começaram a cair em 1981, quando eu nasci, e com o fim do boom petrolífero iniciaram-se os ajustes econômicos marcados pela desvalorização da moeda em 1983, numa sexta-feira sombria que derrubou psicologicamente o país. Com a queda dos salários, tornaram-se mais prementes os problemas que a “democracia mais estável da América Latina” não tinha

conseguido resolver, como a desigualdade social e a dependência do petróleo.

No começo da década, meu pai, assim como o Estado, havia torrado tudo. Dos seus anos de altos rendimentos, especialmente como caixeiro-viajante, só restavam as lembranças, os relógios, os ternos e os colares de pérola de outra época. Já minha mãe, revelando uma excepcional capacidade administrativa, com um modesto salário de professora do ensino médio conseguira comprar uma casa e um carro. Amparada pelo sistema estatal, antes de fazer quarenta anos ela se aposentou por sua saúde precária com menos de dois anos de serviço, uma vantagem do boom. Tinha direito a atendimento médico gratuito preferencial e se beneficiou de um crédito hipotecário em condições tão ridículas que, no final da dívida, catava moedas para pagar as prestações completamente imunes à inflação. O Estado tinha sido o seu eterno benfeitor; mas para os venezuelanos, isso era seu dever.

Quando a sexta-feira sombria bateu em nossa casa, meu pai estava desempregado, minha mãe recebia sua aposentadoria e tinham um teto, um carro e o desafio de alimentar três filhos de sete, seis e dois anos. Durante a minha infância, minha mãe repetia o tempo todo que “o cobertor era curto”. Mas em comparação com a fome que eu chegaria a ver décadas depois em outros lares, o nosso cobertor era comprido e largo. Tínhamos comida, uma casa com teto de cimento, quartos próprios, roupa, sistema público de saúde e até um Atari.

Embora tivéssemos poucos recursos, a casa nos dava estabilidade. Antes do meu nascimento, meus pais perambularam por não sei quantos apartamentos alugados com meus dois irmãos mais velhos, ainda bebês. Uma vez, no final dos anos 1970, minha mãe chegou a ficar na rua quando meu pai foi hospitalizado por causa de um acidente. Sem dinheiro, ela tomou uma decisão que a atormentaria pelo resto da vida: deixou por alguns dias Andrés,